

ELEIÇÕES

Ação fora da Carta será barrada

Barroso reconhece o momento difícil, mas assegura: sociedade e Congresso estão prontos para garantir direitos constitucionais

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

Lisboa, Portugal — A proximidade das eleições presidenciais tem levado ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a indicarem que a Corte será um foco de resistência a qualquer movimento que não esteja previsto na Constituição. Segundo o ministro Luís Roberto Barroso, não se considera, na instituição, qualquer possibilidade diferente disso, como um golpe por parte do presidente Jair Bolsonaro (PL) para se manter no poder caso seja derrotado nas urnas. O ministro Ricardo Lewandowski reforçou que todos os votos do pleito de outubro serão contabilizados; os resultados, respeitados; e os vencedores, empossados (leia a entrevista abaixo).

Os dois magistrados participaram da 10ª edição do Fórum Jurídico de Lisboa e fizeram questão, em seus discursos, de destacarem a importância da democracia. Barroso reconheceu que o país vive um momento complicado, de ataques constantes às instituições democráticas, mas enfatizou que a sociedade e o Congresso estão prontos para garantir os direitos constitucionais, ainda que políticos autoritários tentem demolir as conquistas do voto direto e a liberdade de escolha.

Recessão democrática

Na avaliação de Barroso, vive-se hoje, no Brasil e no mundo, o que se pode chamar de recessão democrática. “Há uma onda mundial em que líderes políticos eleitos pelo voto popular têm, muitas vezes, desmontado, não por golpe, mas por medidas paliativas e progressivas os pilares da democracia, num momento que tem sido identificado como populismo autoritário”, afirmou.

Esse movimento, acredita ele, atingiu até mesmo as democracias

Vicente Nunes/CB



Barroso (E) no Fórum em Lisboa: “Quem assegura as regras do jogo e os direitos fundamentais são as cortes e os tribunais constitucionais”

mais consolidadas, como o Reino Unido — com o Brexit (saída da União Europeia) — e os Estados Unidos — com o uso das redes sociais para as campanhas de ódio e desinformação. Para Barroso, teorias conspiratórias são um fenômeno mundial.

“Governos populistas e autoritários são hostis aos valores constitucionais, porque defendem apenas os interesses das maiorias políticas. Mas o constitucionalismo e a democracia não são só para o governo da maioria. É necessário que sejam respeitadas as regras do

jogo democrático e respeitados os direitos fundamentais. E quem assegura as regras do jogo e os direitos fundamentais são as cortes e os tribunais constitucionais”, frisou Barroso.

Ele chamou a atenção para o fato de que, em algumas partes do mundo, os tribunais constitucionais têm sido capazes de oferecer uma resistência necessária e adequada ao avanço do populismo autoritário. “No Brasil, até agora, temos tido uma história de sucesso na resistência democrática. O STF derrubou diversas normas

que contrariavam a Constituição. Protegeu a liberdade de expressão, protegeu os conselhos da sociedade civil, os direitos dos povos indígenas, os direitos fundamentais e salvou milhares de vidas durante a pandemia”, observou.

Dadas as claras tentativas de destruição das instituições, Barroso sinalou que, às vezes, as Supremas Cortes salvam as democracias e, às vezes, se tornam instrumentos das autocracias. “Quando uma Corte resiste? Quando há uma sociedade civil organizada, quando há partidos políticos de oposição fortes, quando

há uma imprensa livre. Por isso, tenho a convicção de que assim será no Brasil. Tribunais constitucionais que atuam em sintonia com a sociedade civil e com o apoio do Congresso, conseguem conter movimentos autoritários”, acrescentou.

Para o ministro, não há sistema de governo melhor do que a democracia. “Significa, em essência, soberania popular, eleições livres, governo da maioria, poder limitado, estado de direito e respeito aos direitos fundamentais. Este é o cenário como qual todos nós trabalhamos”, assinalou.

Ativismo não existe

O ministro Luís Roberto Barroso rebateu, ontem, no X Fórum Jurídico de Lisboa as críticas de que o Supremo Tribunal Federal faça “ativismo judicial”. Segundo ele, o que existe é o protagonismo do Poder Judiciário e da Corte porque tudo no Brasil chega ao STF “por alguma razão”.

A primeira delas é o fato de o país ter uma Carta abrangente e detalhada, que cuida não apenas de matérias constitucionais, como separação e organização dos Poderes e definição dos direitos fundamentais, mas, também, dos sistemas tributário e previdenciário e a intervenção do Estado no domínio econômico — por exemplo.

Outra razão é o arranjo constitucional, com um conjunto amplo de ações diretas, que permite que quase tudo seja levado ao STF. O Brasil tem, ainda, um grande número de atores políticos e da sociedade com direito de propositura de ações constitucionais: presidente da República, procurador-geral da República, Mesa da Câmara, Mesa do Senado, todos os governadores, assembleias legislativas, todos os partidos políticos com representação no Congresso, Ordem dos Advogados do Brasil, todas as entidades de classe e todas as confederações sindicais.

Assim, segundo Barroso, não é fácil traçar a linha divisória entre o direito e a política. “Geralmente, a gente desagrada metade do país, que está polarizado. As pessoas pensam que é ativismo, mas é a Constituição que manda, proteger mulheres, gays, índios, meio ambiente, saúde pública”, afirmou. (VN)

» Entrevista | RICARDO LEWANDOWSKI | MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

“O Supremo não irá se intimidar”

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirma que a instituição não vai se intimidar com a onda de ataques que vem sofrendo, sobretudo por parte do presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele ressalta que o regime democrático brasileiro é sólido e garante que todos aqueles que forem vitoriosos nas eleições de outubro próximo serão empossados. “Não há nenhuma possibilidade de ruptura institucional no Brasil”, assegura. Nesta conversa com o Correio, o ministro afirmou que a divisão do país é compreensível, mas deve se manter dentro do limite da civilidade.

O senhor trabalha com a possibilidade de um golpe, de

uma ruptura institucional no Brasil?

Não há nenhuma possibilidade de ruptura institucional no Brasil. O país tem instituições sólidas, que estão funcionando. Desde a Constituição de 1988, nós passamos por diversas crises: dois impeachments, várias instabilidades econômicas decorrentes de problemas internacionais, mas estamos aguentando galhardamente. É verdade que o país está dividido politicamente, mas isso, talvez, seja próprio de uma democracia. Claro que essa divisão deve se dar dentro dos limites da civilidade.

As eleições estão garantidas?

Vamos ter eleições absolutamente livres, democráticas.

Vicente Nunes/CB



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem uma grande experiência em administrar eleições e levará a cabo as suas

atribuições. Nós organizaremos, apuraremos e proclamaremos o resultado das eleições.



O Supremo não irá se intimidar de forma nenhuma. Não temos nenhuma preocupação. Os 7 de Setembro passam e as instituições ficam”

Ministro Ricardo Lewandowski, no X Fórum Jurídico de Lisboa

O Supremo está sob ataque? Por quê?

O Poder Judiciário, de modo geral, no mundo todo e no

Brasil, está tendo um protagonismo um pouco maior por causa da Constituição e do grande número de competências que tem. Mas não é nada que nos preocupe. Nós temos que conviver com os ataques.

Até que ponto o STF está preparado para lidar com a grande polarização no Brasil?

O Supremo age sempre de acordo com a Constituição. Não se sensibiliza com pressões. Procura pacificar o país. É um elemento de pacificação. Quando os conflitos vêm ao Supremo, recebem tratamento jurídico e, assim, são pacificados.

O Supremo vai se intimidar? Teme-se que o próximo 7 de Setembro seja de ataques ainda mais fortes à Corte?

O Supremo não irá se intimidar de forma nenhuma. Não temos nenhuma preocupação. Os 7 de Setembro passam e as instituições ficam.

Os números comprovam: a maior obra do GDF está no cuidado com as pessoas.

28 milhões DE REFEIÇÕES SERVIDAS POR APENAS R\$ 1,00.

175 mil pessoas BENEFICIADAS PELO CARTÃO PRATO CHEIO.

360 mil cestas DISTRIBUÍDAS PELOS PROGRAMAS CESTA VERDE E CESTA BÁSICA.

350 mil pessoas BENEFICIADAS COM O CARTÃO GAS.

Josiane Gonçalves Beneficiada com o Cartão Prato Cheio

